



Conselho Municipal de Assistência Social
Lei Municipal nº 4537 de 18/04/2007



Rua Paraná, 5000 - Centro - Cascavel - Paraná

Fone/Fax:(45) 3321-2273/3321-2366

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

ATA Nº 06 de 03/06/16

1 Aos três dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, acontece às 8h47, na
2 Sala de Reuniões do 3º Piso da Prefeitura Municipal de Cascavel, sito à Rua
3 Paraná, 5000, a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência
4 Social – CMAS com a presença de sua presidente Sr.^a Maria Tereza Chaves e
5 treze de seus membros, conforme lista de presença anexa, para tratar os
6 seguintes pontos de pauta: **1. Apreciação e aprovação da Pauta do dia; 2.**
7 **Justificativa de faltas; 3. Apreciação e deliberação do Ofício nº**
8 **514/2016/SEASO - Plano de Ação 2016.** A Secretária Executiva do CMAS,
9 Sr.^a Justa Alves dos Anjos Chesca solicita incluir na pauta o Ofício nº
10 496/2016/SEASO - Capacitação dos “Conselheiros Tutelares, Conselheiros de
11 Direitos do CMDCA e Profissionais do SUAS dos Municípios de Cascavel,
12 Santa Tereza e Lindoeste”, promovido pela 8ª promotoria de Justiça – Comarca
13 de Cascavel, e acrescentar como informe o Ofício nº 520/2016/SEASO - IV
14 Seminário Municipal de Sensibilização ao Enfrentamento e Erradicação do
15 Trabalho Infantil. Maria Tereza coloca em votação a nova pauta, sendo
16 aprovada por unanimidade dos membros presentes. A pauta passa a ter a
17 seguinte ordem do dia: **1. Apreciação e aprovação da Pauta do dia; 2.**
18 **Justificativa de faltas; 3. Apreciação e deliberação do Ofício nº**
19 **514/2016/SEASO - Plano de Ação 2016; 4. Ofício nº 496/2016/SEASO -**
20 **Capacitação dos “Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos do**
21 **CMDCA e Profissionais do SUAS dos Municípios de Cascavel, Santa**
22 **Tereza e Lindoeste”, promovido pela 8ª promotoria de Justiça – Comarca**
23 **de Cascavel; 5. Informes: 5.1. Ofício nº 520/2016/SEASO - IV Seminário**
24 **Municipal de Sensibilização ao Enfrentamento e Erradicação do Trabalho**
25 **Infantil.** Maria Tereza solicita que a técnica de referência deste Conselho leia
26 as justificativas a que se refere o ponto **2. Justificativa de faltas:** Justa explica
27 que recebeu uma mensagem no seu celular por meio do aplicativo whatsapp
28 da Conselheira Cleodomira Soares, dizendo que estava a caminho desta

29 reunião e sua cadeira de rodas motorizada acabou a bateria, desta forma, ela
30 pretende chegar a tempo, mas irá se atrasar. A Conselheira Rosemary da Silva
31 Leal tem um atendimento agendado para esta data e não conseguiu remarcar,
32 por isso solicita que seja justificada sua ausência. A gerente da Divisão do
33 Sistema Municipal de Assistência Social e conselheira Luzia de Aguiar Soares
34 justifica a ausência da secretária Inês de Paula que está participando do
35 lançamento do projeto Criança Protegida no Fórum da Comarca de Justiça de
36 Cascavel, onde a suplente Tatiana Stahl também participa. Maria Tereza passa
37 ao ponto seguinte, **3. Apreciação e deliberação do Ofício nº**
38 **514/2016/SEASO - Plano de Ação 2016.** A presidente faz a leitura do ofício
39 514/2016/SEASO e explica que este ofício e seu anexo foram encaminhados
40 por e-mail a todos os conselheiros, passa a palavra para Luzia que explica que
41 SUAS-Web é um sistema informatizado que o Ministério do Desenvolvimento
42 Social e combate a Fome - MDS utiliza para ordenar e garantir o repasse dos
43 valores de co-financiamento federal das ações continuadas da Assistência
44 Social pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS ao Fundo Municipal.
45 O preenchimento do Plano de Ação anual, que contém o Órgão do Ente
46 Federativo, Órgão Gestor, Conselho, Fundo e a previsão de Atendimento
47 Físico - Financeiro e Parecer do Conselho de Assistência Social, dar-se-á no
48 SUAS/Web. Luzia explica que o Plano de Ação 2016, da Secretaria Municipal
49 de Assistência Social – SEASO é o planejamento da aplicação do recurso
50 federal para o ano em exercício, salienta que mesmo que o Município não está
51 recebendo as parcelas referentes a dois mil e dezesseis, haja vista que, ainda
52 está recebendo as parcelas atrasadas dos recursos federais referentes ao ano
53 de dois mil e quinze é necessário fazer este Plano de Ação 2016. Luzia explica
54 ainda que este Plano de Ação 2016, inicia com o item Previsão de Atendimento
55 Físico, composto por: Índice de Gestão Descentralizada Municipal - IGD-M do
56 Programa Bolsa Família que é composto pelos seguintes fatores: Fator de
57 operação do PBF (IGD-M) que é de 0,72; Taxa de Atualização Cadastral que
58 atualmente está em 0,54 com meta física para chegar a 0,58; a Taxa de
59 Frequência Escolar que será mantida em 0,95; a Taxa de Agenda da Saúde
60 que atualmente está em 0,70 e apresenta meta física para ser alcançada de
61 0,77 (IGD-M). Em relação ao Índice de Gestão Descentralizada do Sistema
62 Único de Assistência Social IGD SUAS está em 0,88; o ID CRAS Médio é de

63 0,86 e a Execução Financeira é de 0,95. Luzia explica que este índice do IGD
64 SUAS é calculado pelo ID-CRAS, que é obtido pelo Censo CRAS e é realizado
65 anualmente, sendo que no Censo é avaliada a estrutura física, recursos
66 humanos e atendimento e ao final desta avaliação é gerado um número que
67 varia de zero a um, onde o Município obteve atualmente um ID no valor de 0,86
68 devido a fatos como o CRAS Interlagos que não está concluído, também pela
69 falta de recursos humanos em alguns serviços e o CRAS Santa Cruz que ainda
70 está em desenvolvimento e adequação. A partir deste valor é calculado então o
71 recurso do IGD - SUAS, que hoje perfaz uma média de sete mil reais por mês.
72 Maria Tereza diz que seria importante que a SEASO apresentasse o Censo
73 Suas para o CMAS, a título de conhecimento para os conselheiros. Luzia diz
74 que este Censo é preenchido anualmente em agosto e apenas no ano seguinte
75 o governo federal faz a devolutiva de uma tabela com o índice do CRAS. A
76 conselheira Ana Paula Zorik Rodrigues ressalta que agora há também o ID-
77 CREAS, que irá avaliar e criar o Índice dos Centros de Referência
78 Especializado de Assistência Social - CREAS. Por fim, Luzia diz que levará a
79 solicitação a sua Divisão para encaminhar a este Conselho a pedido da
80 presidente, o Censo CRAS e CREAS. Luzia avança em sua explanação
81 dizendo que este ponto refere-se aos Serviços e lembra que como já foi
82 orientado em reunião passada pelo conselheiro Hudson Márcio Moreschi Jr. e
83 pela conselheira Eliane Portella Roloff, os pisos agora são separados por
84 blocos. Dá início a explicação do Bloco da Proteção Social Básica, ressaltando
85 que no momento serão explicados apenas os números referentes ao
86 atendimento e que recursos financeiros estão separados e será apresentado
87 adiante na demonstração. O Piso Básico Fixo no Município tem vinte e cinco
88 mil famílias referenciadas. Esse número se dá pelo fato de que o governo
89 federal repassa recurso para cinco unidades de CRAS, as quais
90 individualmente referenciam cinco mil famílias. Luzia ainda lembra que este
91 número sofre um aumento por que o Município conta com sete unidades de
92 CRAS, apesar de receber recursos para manutenção de apenas cinco. A
93 previsão de atendimento com base no que foi atendido em dois mil e quinze é
94 de dez mil, oitocentas e sessenta e três famílias. No Piso Básico Variável do
95 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a referência de
96 atendimento nas faixas etárias de zero a dezessete anos e maiores de

97 sessenta anos e seus familiares é de um mil e dez usuários e a previsão de
98 atendimento para o ano chega à um mil e duzentos, sendo que destes, há o
99 público em situações prioritárias que somam quinhentos e cinco usuários. Este
100 público encontra-se em: situações de trabalho infantil, isolamento, defasagem
101 escolar, medidas socioeducativas ou atendimentos do PAEFI – Serviço de
102 Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.
103 Trimestralmente a Divisão de Proteção Social Básica através dos serviços,
104 preenche o SISC - Sistema de Informações do Serviço de Convivência e
105 Fortalecimento de Vínculos, o qual cruza informações com o Cadastro Único
106 em busca deste público prioritário a fim de localizá-los e prestar o atendimento
107 necessário. Luzia encerra aqui os pisos referentes ao bloco da Proteção Social
108 Básica, passando para o bloco de Média Complexidade da Proteção Social
109 Especial. Luzia ressalta que ao contrário da Proteção Social Básica, neste
110 bloco não há números de referência, apenas a previsão de atendimento para
111 os serviços. O Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade
112 financia o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e
113 Indivíduos – PAEFI: Piso Fixo de Média Complexidade Famílias e Indivíduos
114 em situação de risco, por violação de direitos: este recurso é destinado ao
115 CREAS I e III, que juntos tem uma previsão de atendimento de quatro mil e
116 duzentas pessoas. Ainda dentro deste piso, que financia Famílias e Indivíduos
117 que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência o
118 Centro POP e a abordagem do CREAS I tem a previsão de atendimento de
119 seiscentas pessoas. Também para o Serviço de Proteção Social as
120 Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade
121 Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, atendidos pelo CREAS II, está
122 previsto atendimento a quatrocentos e oitenta e cinco adolescentes. O Serviço
123 Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro POP, custeado pelo
124 Piso Fixo de Média Complexidade Famílias e Indivíduos em situação de rua
125 tem atendimento previsto de hum mil cento e sessenta indivíduos. O próximo é
126 o Piso Transição de Média Complexidade - Pessoas com deficiência, idosas e
127 suas famílias, que são idosos ou pessoas com deficiências que apresentam um
128 grau de dependência e, portanto requerem acompanhamento de um cuidador,
129 sendo estas atendidas pelo Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas
130 com Deficiência, Idosas e suas Famílias – PCDIF. Este serviço tem uma

131 previsão de atendimentos de setenta indivíduos. No Bloco da Proteção Social
132 Especial de Alta Complexidade, no Serviço de Acolhimento a Crianças e
133 Adolescentes temos o Piso de Alta Complexidade I, que financia a Unidade de
134 Acolhimento Institucional Feminina, Unidade de Acolhimento Institucional
135 Masculina e o Programa Família Acolhedora, tendo a previsão de atendimento
136 de quatrocentos e oitenta crianças e adolescentes; no Serviço de Acolhimento
137 a outros públicos, o Abrigo de Mulheres Vanusa Covatti tem previsto
138 atendimento a setenta Mulheres em situação de violência. O público Jovem de
139 dezoito a vinte e um anos atendidos nos serviços Unidade de Acolhimento
140 Feminina, Unidade de Acolhimento Masculina e o Família Acolhedora tem
141 previsão de vinte e sete atendimentos. No mesmo piso, há a previsão de
142 atender quarenta e cinco Idosos que estão no Condomínio dos Idosos.
143 Fernanda explica que cada casa do condomínio pode receber até duas
144 pessoas, sendo que este número, portanto pode ser maior ou menor, mas que
145 no momento é de quarenta e cinco idosos em atendimento. Nos serviços
146 Unidade de Acolhimento Feminina, Unidade de Acolhimento Masculina e o
147 Programa Família Acolhedora há a previsão de atendimento a Pessoas com
148 deficiência de dezenove indivíduos. Luzia ressalta que as previsões de vinte e
149 sete atendimentos a jovens e dezenove atendimentos a Pessoas com
150 deficiência estão inseridas na meta de quatrocentos e oitenta Crianças e
151 Adolescentes atendidos pelo Serviço de Acolhimento a Crianças e
152 Adolescentes do Piso de Alta Complexidade I. Luzia continua a demonstração
153 do Plano com o Serviço de Acolhimento a Adultos e Famílias Piso de Alta
154 Complexidade II - Adultos e Famílias que são atendidos pelo Albergue Noturno
155 e Casa POP tem previsto atendimento de hum mil cento e sessenta indivíduos.
156 Piso de Alta Complexidade II - Jovens e adultos com deficiência tem previsto
157 oitenta atendimentos. Dentro de Programas e Projetos, o BPC na Escola tem
158 previsão de trinta e cinco Questionários a serem aplicados. A conselheira
159 Poliana Lauther explica que este questionário é aplicado apenas uma vez por
160 pessoa no momento em que é feita a inserção no Programa para identificação
161 das barreiras e é feito anualmente nos meses de agosto a setembro. Luzia
162 lembra que o Município aderiu ao Programa em dois mil e oito e desde então
163 vem sendo executado em parceria com as secretarias de educação e saúde.
164 Por último, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – Ações

165 Estratégicas do PETI Criança / Adolescente identificada em situação de
166 trabalho: Luzia fala que hoje há setenta e cinco crianças em situação de
167 trabalho infantil identificadas no Cadastro Único e coloca como previsão o
168 atendimento a cem crianças. Luzia ainda lembra que segundo o IBGE, este
169 número é muito maior, mas há o problema de identificação e localização destas
170 crianças e adolescente, pois, a frequência de mudança destas famílias é muito
171 alta, o que os tornam de difícil acesso. Maria Tereza questiona se o Ministério
172 de Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA não solicita essa resolutiva e
173 Luzia diz que sim, mas o prazo para identificação destas crianças é final de
174 dois mil e dezessete e que em contato com outros municípios foi verificada a
175 mesma dificuldade em localizar estas crianças. Fernanda fala sobre o Encontro
176 Regional Sul do CONGEMAS, que aconteceu nos dias catorze e quinze de
177 abril deste ano em Foz do Iguaçu e que ela esteve presente, onde o MDS disse
178 que poderia intermediar a possibilidade de disponibilizar os endereços das
179 famílias que foram identificadas pelo IBGE em situações de risco junto ao
180 órgão em questão. Fernanda ressalta ainda que este processo realizado pelo
181 IBGE é feito através da aplicação de um questionário por pessoas que não são
182 técnicas e não dispõem de entendimento teórico e que por isso pode ser que
183 este alto número de violações de direito não seja real. Fernanda coloca ainda
184 que o CREAS faz essa identificação também e que o número não chega a este
185 valor, portanto havendo esses endereços disponibilizados, o município fará a
186 busca e poderá confrontar estes dados e chegar a uma real pendência.
187 Justa coloca que essa demanda chegou ao Conselho em dois mil e treze e por
188 ser um número exorbitante o Conselho entrou em contato com o Ministério
189 Público do Trabalho para verificar esta questão e que o mesmo afirmou
190 desconhecer esta situação, inclusive em contato com a Comissão Municipal
191 para o Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes e de
192 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – CEV/PETI obteve a mesma
193 resposta, de desconhecimento desta demanda. Ao final, não foi possível
194 encontrar no Município, nenhum serviço ou órgão que corrobore com este
195 número apresentado pelo IBGE. Fernanda diz que tem feito um trabalho junto
196 ao Ministério Público e a CEV/PETI, mas que os membros desta Comissão não
197 tem tido muito comprometimento com a mesma, e diz também que a juíza do
198 Trabalho, que inclusive estará participando do IV Seminário Municipal de

199 Sensibilização ao Enfrentamento e Erradicação do Trabalho Infantil, no próximo
200 dia dez de junho, também tem ajudado com uma boa articulação, mas também
201 não consegue resolver esse problema, portanto, o Município colocou como
202 meta essa identificação, no plano ora apresentado. Luzia retoma a
203 apresentação do Plano falando sobre a Previsão de Financiamento do IGD-M –
204 Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família a
205 previsão mensal é de quarenta e um mil, dezesseis reais e sessenta e nove
206 centavos, mas ressalta que a última parcela depositada foi de vinte e dois mil
207 reais. A Conselheira Sandra Burkouski enfatiza que estes valores são lançados
208 diretamente pelo sistema, por isso não é possível à gestão alterar para os reais
209 valores depositados. A previsão do IGD-SUAS é de oitocentos e cinco reais e
210 setenta e seis centavos, lembrando que no exercício passado o valor era em
211 torno de sete mil reais. A conselheira Eliane Portella lembra que a última
212 parcela depositada foi em maio de dois mil e quinze. Justa faz um adendo que
213 o conselheiro Hudson apresentou estes demonstrativos ao Conselho na
214 reunião passada. No Bloco da Proteção Social Básica que financia os CRAS's
215 com o Piso Básico Fixo a previsão financeira é de sessenta mil reais mensais.
216 No Piso Básico Variável que custeia o Serviço de Convivência e Fortalecimento
217 de Vínculos a previsão é de cinquenta mil e quinhentos reais trimestrais, Luzia
218 explica que este não é um valor fixo por que depende dos números de novas
219 inserções no SISC e do público prioritário. A conselheira Iara Agnes Bach da
220 Costa pergunta se estes valores são mensais, e Luzia diz que com exceção do
221 piso básico variável do SCFV que é trimestral, todos os demais são mensais.
222 Iara coloca a dificuldade de entendimento destes demonstrativos dizendo que
223 se não houver uma pessoa capacitada para explicá-los os mesmos não seriam
224 compreendidos. Luzia explica que estes demonstrativos já vêm formatados do
225 MDSA, não podendo ser alterado pela SEASO, sendo a última parte, que diz
226 respeito aos Recursos Livres Municipais e Recursos Estaduais e a previsão de
227 atendimento os únicos dados inseridos pela Secretaria. Luzia ressalta que o
228 Plano na íntegra foi enviado por e-mail a todos os conselheiros, para facilitar a
229 compreensão de todos durante a explanação do mesmo nesta reunião. A
230 conselheira passa ao Bloco da Proteção Social Especial de Média
231 Complexidade. No Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a
232 Famílias e Indivíduos - PAEFI - Piso Fixo de Média Complexidade que financia

233 os CREAS I, II e III tem uma previsão financeira de treze mil reais. Fernanda
234 explica que não foi feita uma previsão considerando o CREAS IV, que em
235 breve entrará em funcionamento, tendo em vista que o mesmo irá absorver a
236 demanda já existente na região do bairro Santa Cruz, que antes era atendida
237 pelos outros CREAS ou era demanda reprimida. A conselheira fala ainda que
238 este piso, que agora está sendo destinado em forma de Blocos, possibilita que
239 os serviços sejam contemplados de modo a haver uma distribuição mais
240 dinâmica e correta dos recursos para todos os serviços que fazem atendimento
241 de média complexidade, que são os CREAS, o Centro POP e o Serviço de
242 Abordagem Social. Fernanda explica ainda que os pisos básicos que eram
243 recebidos para os Serviços, continuam sendo destinados aos mesmos, a
244 diferença é que a partir deste ano, estes recursos são repassados em blocos, o
245 que possibilita essa melhor distribuição dos mesmos, lembrando que só podem
246 ser utilizados para os Serviços que prestam o atendimento, neste caso, de
247 média complexidade. Luzia retorna ao Plano no item Bloco da Proteção Social
248 Especial de Alta Complexidade I que tem um valor de quarenta mil reais de
249 previsão para o exercício atual, que compreende os serviços da Unidade de
250 Acolhimento Institucional Masculina, Unidade de Acolhimento Institucional
251 Feminina e Programa Família Acolhedora. Dentro deste piso nove mil reais
252 destinados ao Abrigo de Mulheres e Condomínio dos Idosos. Serviço de
253 Acolhimento a Adultos e Famílias no piso de Alta Complexidade II, dez mil reais
254 previsto para o atendimento na Casa POP e Albergue Noturno. O Serviço de
255 Acolhimento em Residência Inclusiva tem previsto vinte mil reais para uso nas
256 duas residências. Em programas e projetos o BPC na Escola, tem o valor de
257 hum mil e quatrocentos reais provindos dos questionários aplicados no
258 exercício de dois mil e quinze e para o Programa de Erradicação do Trabalho
259 Infantil – PETI – Ações Estratégicas do PETI tem oito mil e trezentos reais
260 mensais para uso conforme o Plano de Ações Estratégicas do PETI que já foi
261 aprovado pelo Conselho. O último item que são os recursos livres Valor Total
262 Previsto a ser repassado pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
263 (anual) o valor previsto é de três milhões, seiscentos e dezenove mil, duzentos
264 e oitenta e dois reais e vinte e oito centavos. Em Recursos próprios a serem
265 alocados no fundo (anual), que vem do Fundo Municipal de Assistência Social
266 o valor é de dezoito milhões, setecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e

267 sessenta e cinco reais. Em Recursos a serem transferidos do Fundo Estadual
268 de Assistência Social - FEAS (anual) o valor previsto é de cento e noventa e
269 oito mil reais, perfazendo um Total de recursos do fundo municipal, tanto de
270 recursos federais, estaduais e municipais para o exercício de 2016 de vinte e
271 dois milhões, quinhentos e setenta e um mil, cento e quarenta e sete reais e
272 vinte e oito centavos. Luzia passa a palavra à conselheira Sandra que enfatiza
273 que estes recursos próprios são integrantes da Unidade Orçamentária II, que é
274 do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e estão inclusos também os
275 recursos de folha de pagamento. Explica ainda que o recurso do FEAS que é
276 destinado para as Residências Inclusivas, sendo o valor de cinco mil reais
277 mensais para cada uma e para o CREAS POP seis mil e quinhentos reais
278 mensais, totalizando assim o valor mencionado. Maria Tereza pergunta qual o
279 valor da folha de pagamento dos recursos livres e a conselheira Eliane diz que
280 gira em torno de treze milhões de reais, e Sandra completa que a folha de
281 pagamento geral chega a quinze milhões de reais, e que dentro desta, a
282 Unidade Orçamentária I contempla os servidores da gestão e os Conselhos
283 Tutelares. Gisele Fossá questiona sobre o Plano e compara com o
284 Demonstrativo Sintético Anual 2015, apresentado na última reunião
285 extraordinária o qual era permitido à gestão a inserção de dados em alguns
286 campos sendo diferente deste que não há esta possibilidade. Luzia destaca
287 que este é o Plano de Ação das atividades para o ano de dois mil e dezesseis
288 e que no próximo ano se fará o demonstrativo deste valor, seguindo a lógica de
289 que primeiro há um planejamento e depois se apresenta o demonstrativo dos
290 valores. Sandra ainda explica que o planejamento do próximo ano será um
291 pouco diferente, considerando que os recursos agora são repassados em
292 blocos de financiamento. A conselheira Poliana observa a dificuldade em se
293 obter informações junto ao MDSA, pois, estando em momento de transição
294 decorrente da junção dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a
295 Fome e Reforma Agrária, os próprios servidores estão sem informações
296 concretas para repassar aos municípios. Maria Tereza questiona se ainda há
297 algum questionamento, dúvidas por parte dos conselheiros e não havendo
298 manifestações, coloca o Plano de Ação 2016 SUAS WEB da SEASO, em
299 votação, sendo aprovado por quinze votos, sendo que neste momento, um dos
300 conselheiros está ausente da sala. Maria Tereza passa ao ponto **4. Ofício nº**

301 **496/2016/SEASO - Capacitação dos “Conselheiros Tutelares,**
302 **Conselheiros de Direitos do CMDCA e Profissionais do SUAS dos**
303 **Municípios de Cascavel, Santa Tereza e Lindoeste”, promovido pela 8ª**
304 **promotoria de Justiça – Comarca de Cascavel;** a presidente faz a leitura do
305 ofício em epígrafe onde diz que visa promover a capacitação dos profissionais
306 que atuam junto à Política de Assistência Social na Comarca de Cascavel, e
307 será composto por sete encontros, um por mês até novembro, sendo
308 necessária à indicação de dois conselheiros para preenchimento das vagas
309 ofertadas. A programação teve início em trinta e um de maio e os próximos
310 encontros serão nos dias catorze de junho, doze de julho, doze de agosto, vinte
311 de setembro, dezoito de outubro e o último em trinta de novembro. Todos serão
312 realizados no auditório da Prefeitura Municipal de Cascavel. Justa lembra que o
313 ofício com o convite foi encaminhado por e-mail em trinta de maio por
314 deliberação da Mesa Diretiva, pois, o mesmo foi protocolizado na SECON no
315 final do expediente de quarta-feira, véspera de feriado, e por este motivo não
316 havendo tempo hábil para a indicação de conselheiros e sem resposta ao
317 referido e-mail, a secretária da SECON participou do evento, mencionando a
318 alta qualidade do mesmo. A presidente coloca as vagas a disposição dos
319 conselheiros que tenham disponibilidade em participar. Os conselheiros José
320 Antonio dos Santos Martins de Araújo, Cleodomira Soares, Lara da Costa e
321 Leila Kubiak demonstram interesse, no entanto, Lara precisa verificar a agenda
322 de atendimento no seu Setor antes de confirmar a disponibilidade. Poliana
323 sugere que Lara seja suplente para a vaga. Maria Tereza explica que como não
324 houve resposta em tempo hábil, ela própria indicou a participação de Justa,
325 pois é importante até para obter informações que possa trazer ao Conselho.
326 Diz ainda que Justa deve continuar a participar nos demais encontros. Justa
327 relata que após a participação naquele dia, procurou o diretor da SEASO, o
328 conselheiro Hudson para se inteirar da forma que as vagas foram distribuídas,
329 tendo em vista não haver sido destinada nenhuma vaga para a Secretaria
330 Executiva dos Conselhos. Hudson explicou que o número de vagas veio
331 determinado pela 8ª Promotoria e que a SEASO fez a distribuição das
332 mesmas. Justa argumentou com ele o interesse das técnicas de referência dos
333 demais Conselhos vinculados à SEASO em participar desta capacitação.
334 Posteriormente, a SECON recebeu um ofício ofertando quatro vagas para as

335 referidas técnicas, deixando assim as duas vagas destinadas ao CMAS para
336 uso exclusivo dos conselheiros. Ainda com relação às vagas, Justa explica que
337 conforme informações do promotor Drº Luciano Machado em seu
338 pronunciamento durante a abertura do evento, existem apenas cento e
339 quarenta vagas disponíveis com direito a certificação, no entanto, como no
340 Auditório da Prefeitura há mais lugares, não há qualquer restrição para que
341 haja mais participantes, contudo que fique claro que não terão certificação, mas
342 sim conhecimento. Maria Tereza e Fernanda levantam a possibilidade de se
343 fazer um ofício pleiteando mais vagas para o Conselho. Hudson diz que a
344 princípio as vagas foram bem restritas, no entanto, como não houve adesão
345 suficiente gerou uma sobra que pode ser pleiteada, diz ainda que o Conselho
346 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, também
347 pleiteou mais vagas, pois, havia mais conselheiros interessados em participar
348 que vagas destinadas àquele Conselho, ressalta que é possível conseguir as
349 vagas, apenas solicitando à Promotoria a disponibilidade de mais duas vagas.
350 Maria Tereza faz coloca o encaminhamento de que o Conselho faça um ofício
351 indicando a participação dos conselheiros Cleodomira Soares dos Santos, pela
352 ADEFICA e José Antônio dos Santos Martins de Araújo pela ACADEVI e
353 solicitando mais duas vagas para as conselheiras Lara Agnes Bach da Costa da
354 SESAU e Leila Mara Kubiak do Conselho Regional de Psicologia – CRP, em
355 votação, sendo aprovada por unanimidade de dezesseis votos. A presidente
356 passa ao ponto **5. Informes: 5.1. Ofício nº 520/2016/SEASO - IV Seminário**
357 **Municipal de Sensibilização ao Enfrentamento e Erradicação do Trabalho**
358 **Infantil**, Maria Tereza faz a leitura do Ofício, que consta que o evento
359 acontecerá no dia dez de junho com início às 13h e término previsto às 17h30
360 sendo realizado no auditório da Universidade Paranaense – UNIPAR. O
361 referido evento será realizado pela SEASO através do Programa de
362 Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e da Comissão Municipal para o
363 Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes e do Programa de
364 Erradicação do Trabalho Infantil – CEV/PETI, contando com a presença de
365 diversos profissionais que atuam com a temática para a realização de uma
366 mesa redonda. Fernanda coloca que as inscrições deverão ser realizadas on-
367 line na página do portal do Município até a próxima semana para que o setor
368 disponha de tempo para organização do material que será entregue aos

369 inscritos. Fala também que a forma de apresentação do seminário deste ano
370 será diferente, tendo em vista priorizar a visão de cada setor/profissional que
371 atende a criança em situação de trabalho infantil onde os mesmos
372 apresentarão os possíveis prejuízos causados a ela. Fernanda ainda esclarece
373 sobre a importância de cada conselheiro participar, pois abrange de forma
374 geral toda a rede de políticas que atende a criança e que os mesmos podem vir
375 a identificar uma situação de trabalho infantil. Maria Tereza passa a palavra à
376 conselheira Guiomar Aparecida Padilha que faz um convite ao CMAS para o V
377 Seminário dos Conselhos Escolares, que terá início dia oito de junho às 8h e
378 previsão de término às 17h. A noite terá uma palestra às 19h30. No dia nove o
379 início às 8h e término previsto para as 16h. Todos os eventos acontecerão no
380 Teatro Municipal. Guiomar ressalta que o evento coincidirá com a reunião
381 ordinária do CMAS no dia nove, e Justa informa que a Mesa Diretiva já solicitou
382 alteração da data desta reunião, tendo em vista que no mesmo dia acontecerá
383 um evento do Tribunal de Contas do Estado que tratará das Transferências
384 Voluntárias para Concedentes e Tomador em que as entidades estarão
385 participando. A presidente pergunta se alguém tem sugestão de nova data.
386 Guiomar faz leitura da programação do evento, salientando que será
387 necessário fazer a inscrição tendo em vista o número de lugares disponíveis no
388 teatro ser limitado. Guiomar ainda disponibiliza no momento quatro vagas, mas
389 deixa o contato para o caso de o número de interessados ser maior. Fica
390 decidido que o CMAS encaminhará o e-mail com o convite e a ficha de
391 inscrição para o mesmo. Poliana sugere o dia vinte e três de junho como nova
392 data para a Reunião Ordinária do Conselho. Justa lembra que a próxima
393 reunião tratará da apreciação e aprovação de todos os Planos de Ação 2016 e
394 Relatórios de Atividades Anual de 2015 de todas as unidades não
395 governamentais e governamentais e que os representantes das mesmas serão
396 convidados, a partir desta semana, para apresentar estes dois Instrumentais
397 nas reuniões de comissões que acontecerão no decorrer deste mês de junho.
398 Maria Tereza ressalta que no próximo dia vinte e três às 8h30, no Auditório da
399 Prefeitura, acontecerá a Reunião Ordinária do mês de junho do CMAS, em
400 seguida a presidente agradece a todos pela presença e nada mais havendo a
401 constar, a presidente Maria Tereza Chaves encerra a reunião às 9h55 e eu,
402 Jaqueline Cristiane Frey, lavro a presente ata que após lida e aprovada será

403 assinada pela presidente_____ e por mim
404 _____.